

Edital n.º 1/CM/2023

Publicitação das deliberações da Câmara Municipal tomadas na sua Reunião Ordinária do dia 4 de janeiro de 2023

Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, publicita as deliberações desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz tomadas na sua reunião realizada dia 4 de janeiro de 2023, a seguir transcritas:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aprovação de ata de reunião anterior

A ata da reunião ocorrida em 9 de novembro de 2022 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida reunião, em ordem do preceituado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo.

ORDEM DO DIA

Ressarcimento de danos a terceiros

Foi presente o conteúdo integral do Parecer Jurídico N.º 13/JUA-MAB/2022, datado de 27 de dezembro de 2022, no qual foi apostado o Despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, datado de 29 de dezembro de 2022.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o deferimento do pedido de ressarcimento de danos apresentado pelo requerente, nos termos do exposto no Parecer Jurídico n.º 13/JUA-MAB/2022, de 27 de dezembro de 2022, e de toda a documentação que o compõe, sendo o pagamento efetuado pelo Município de Reguengos de Monsaraz diretamente à oficina onde o veículo seja reparado, no valor total de € 372,69 (trezentos e setenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos), que inclui o valor do IVA à taxa legal em vigor, mediante a entrega do original da fatura/recibo, associada ao custo de reparação do vidro traseiro do veículo marca Chevrolet, com a matrícula 63-JU-00.

Ratificação/confirmação do Despacho n.º 16/GVP/JUA/2002, de 22 de dezembro – minuta de contrato de comodato de dois quartos com serventia de cozinha, de sala e de casas-de-banho pertencentes ao prédio sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 2, em Reguengos de Monsaraz (designado Casa dos Magistrados)

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 69/VP/2022, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 28 de dezembro de 2022, atinente à



ratificação/confirmação do Despacho n.º 16/GVP/JUA/2002, de 22 de dezembro que aprova a minuta de contrato de comodato de dois quartos com serventia de cozinha, de sala e de casas-de-banho pertencentes ao prédio sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 2, em Reguengos de Monsaraz (designado Casa dos Magistrados).

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, ratificação e confirmar o Despacho n.º 16/GVP/JUA/2022 proferido, em 22 de dezembro, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Ratificação/confirmação do Despacho n.º 17/GVP/JUA/2002, de 22 de dezembro – minuta de contrato de comodato de dois quartos com serventia de cozinha, de sala e de casas-de-banho pertencentes ao prédio sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 2, em Reguengos de Monsaraz (designado Casa dos Magistrados)

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 69-A /VP/2022, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 28 de dezembro de 2022, atinente à ratificação/confirmação do Despacho n.º 17/GVP/JUA/2002, de 22 de dezembro que aprova a minuta de contrato de comodato de dois quartos com serventia de cozinha, de sala e de casas-de-banho pertencentes ao prédio sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 2, em Reguengos de Monsaraz (designado Casa dos Magistrados).

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, ratificação e confirmar o Despacho n.º 17/GVP/JUA/2022 proferido, em 22 de dezembro, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Orçamentação e gestão das despesas com pessoal

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 70/VP/2022, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 29 de dezembro de 2022, atinente à orçamentação e gestão das despesas com pessoal.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

a) Fixar os seguintes montantes relativamente aos encargos com remunerações, com recrutamentos a efetuar, com alterações de posicionamento remuneratório e com prémios de desempenho para o ano de 2023:

1 - Encargos relativos a remunerações dos trabalhadores:

O Montante máximo orçamentado no Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, nos termos do Mapa anexo à Proposta n.º 70/VP/2022, ou seja, 5.779.200€ (cinco milhões, setecentos e setenta e nove mil e duzentos euros), para suportar encargos com remunerações e outras despesas inerentes aos trabalhadores em funções;

Dos quais:

2 - Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano de 2023: fixar o montante global de 10.000€ (dez mil euros) para suportar encargos com o recrutamento de trabalhadores, que compreende:

- i) o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
- ii) o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.

3 - Alterações de posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções:

- i) Alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório: fixar o montante global de 40.000€ (quarenta mil euros) para suportar encargos com as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.
 - ii) Alterações do posicionamento remuneratório por opção gestionária: face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da autarquia, não se propõe verba para fazer face a este encargo.
 - iii) Alterações excecionais do posicionamento remuneratório: face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da autarquia, não se propõe verba para fazer face a este encargo.
- 4 - Prémios de desempenho: face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da autarquia não se propõe verba para fazer face a este encargo.
- b) Tornar pública a presente deliberação através de afixação em local adequado nas instalações da autarquia e de publicitação no respetivo sítio do Município de Reguengos de Monsaraz na internet.

Constituição de fundos de maneiio para 2023

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 71/VP/2022, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 29 de dezembro de 2022, atinente à Constituição de fundos de maneiio para 2023.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição, de acordo com os artigos compreendidos no Capítulo X da Norma de Controlo Interno do Município de Reguengos de Monsaraz, do artigo 62.º ao artigo 72.º, de dez fundos de maneiio nos seguintes termos:

- 1) Um fundo de maneiio, no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência, à responsabilidade do Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Paulo Jorge Delgado Chaveiro, no valor de 1.000,00 Euros (mil euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 10.06/02.02.13.11 – deslocações e estadas – 900€ e 10.06/06.02.03.05.16 – outras despesas correntes – 100€;
- 2) Um fundo de maneiio, no âmbito do Serviço de Veterinária e Saúde Pública, à responsabilidade do Veterinário Municipal, Rui Manuel dos Santos Silva Aleixo, no valor de 50,00 Euros (cinquenta euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com a rubrica da classificação orçamental (orgânica e económica): 30.07/06.02.03.05.16 – outras despesas correntes – 50€;
- 3) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão de Administração Geral, à responsabilidade da Coordenadora Técnica da subunidade orgânica Taxas e Licenças, Maria Beatriz Lopes da Silva, no valor de 400,00 Euros (quatrocentos euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com a rubrica da classificação orçamental (orgânica e económica): 10.06/06.02.03.05.16 – outras despesas correntes – 400€;
- 4) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão de Administração Geral, à responsabilidade da responsável da subunidade orgânica Balcão Único, Maria Rosado Ventura Gato Almeida, no valor de 100,00 Euros (cem euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com a rubrica da classificação orçamental (orgânica e económica): 10.06/06.02.03.05.16 – outras despesas correntes – 100€;
- 5) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão Jurídica, de Auditoria e de Fiscalização do Município de Reguengos de Monsaraz, à responsabilidade da Chefe de Divisão, Marta de Jesus Rosado Santos, no valor de 585,00 Euros (quinhentos e oitenta e cinco euros), para afetar a despesas correntes de

carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 10.06/02.02.09.05 – comunicações – 25€ e 10.06/02.02.25.60.70 – outras aquisições de serviços – 560€;

6) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão de Gestão Financeira, à responsabilidade da Técnica da subunidade orgânica Turismo, Maria de Jesus Cardoso Gamado, no valor de 200,00 Euros (duzentos euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 30.01/02.01.21.31 – outros bens – 50€, 30.01/02.02.13.11 – deslocações e estadas – 100€ e 30.01/02.02.25.60.70 – outras aquisições de serviços – 50€;

7) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão de Planeamento, Obras e Ambiente, à responsabilidade do Encargado Operacional do Serviço de Trânsito e Mobilidade, Carlos Gabriel Moleiro Lavaredas, no valor de 750,00 Euros (setecentos e cinquenta euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 20.08/02.01.02.01.01 – gasolina – 10€, 20.08/02.01.02.02.01 – gasóleo – 150€, 20.08/02.01.21.31 – outros bens – 90€, 20.08/02.02.10.03 – transportes – 150€ e 20.08/02.02.25.60.70 – outras aquisições de serviços – 350€;

8) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão Sociocultural e Desportiva, à responsabilidade do Técnico Superior da subunidade orgânica Cultura, João Paulo Passinhas Batista, no valor de 400,00 Euros (quatrocentos euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 30.01/02.01.21.31 – outros bens – 150€, 30.01/02.02.13.11 – deslocações e estadas – 100€ e 30.01/02.02.25.60.70 – outras aquisições de serviços – 150€;

9) Um fundo de maneiio, no âmbito da Divisão Sociocultural e Desportiva, à responsabilidade da Técnica Superior do Serviço de Ação Social, Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco, no valor de 100,00 Euros (cem euros), para afetar a despesas correntes de carácter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 30.02/02.01.21.31 – outros bens – 50€ e 30.02/06.02.03.05.16 – outras despesas correntes – 50€;

10) Um fundo de maneiio, no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Reguengos de Monsaraz, à responsabilidade da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Reguengos de Monsaraz, Rosa Maria Gaspar Campaniço, no valor de 52,00 Euros (cinquenta e dois euros), para afetar a despesas correntes de caráter urgente e inadiável, com as rubricas das classificações orçamentais (orgânica e económica): 30.02/02.01.21.12 – outros bens – 15€ e 30.02/02.02.25.60.46 – outras aquisições de serviços – 37€.

Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação “Reguengos +Iguai”

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 85/VAF/2022, firmada pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, em 28 de dezembro de 2022, referente ao Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação “Reguengos +Iguai”.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação “Reguengos + Iguai”, o qual se encontra anexo à Proposta n.º 85/VAF/2022 e aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

Atribuição do Cartão Social do Município

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 86/VAF/2022, firmada pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, em 28 de dezembro de 2022, referente à atribuição do Cartão Social do Município.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do Cartão Social do Município aos munícipes constantes na Proposta n.º 86/VAF/2022, nos exatos termos consignados.

Administração Urbanística

Licenciamento para obras de edificação e constituição de divisão em regime de propriedade horizontal – Projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 87/2022

Foi presente o processo administrativo n.º 87/2022, de que são titulares Carlos Manuel Ramalho Tirapicos e Paula Cristina da Rosa Falcato.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto arquitetura;
- b) Notificar os titular do processo do teor da presente deliberação.

Declaração de caducidade do Processo administrativo n.º 89/2018

Foi presente o processo administrativo n.º 89/2018, de que é titular Nuno Miguel Santos Nunes.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar a declaração da caducidade do processo n.º 89/2018, por se verificar que a obra não foi concluída dentro dos prazos estipulados, encontram-se verificados os pressupostos legais previstos na alínea d), do n.º 3, do artigo 71.º, do RJUE. Relativamente à audiência prévia dos interessados, os requerentes não se opuseram à declaração de caducidade do processo.
- b) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de edificação de anexo – aprovação do projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 65/2022

Foi presente o processo administrativo n.º 65/2022, de que é titular Ana Pinto Valadas.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Notificar a titular do processo do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de alterações – aprovação do projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 82/2022

Foi presente o processo administrativo n.º 82/2022, de que é titular Maria de Jesus Curvinha Cardoso.

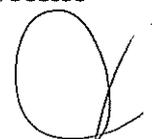
O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Notificar a titular do processo do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de alterações – aprovação do projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 64/2022

Foi presente o processo administrativo n.º 64/2022, de que é titular Manuel Godinho Caeiro.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:



- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de alterações – aprovação do projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 94/2022

Foi presente o processo administrativo n.º 94/2022, de que é titular Proposta Determinante, Lda..

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de edificação – aprovação do projeto de especialidades - Processo administrativo n.º 123/2021

Foi presente o processo administrativo n.º 123/2021, de que é titular Marco Ricardo Baptista Damião Soares.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo;
- b) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de edificação – aprovação do projeto das Especialidades - Processo administrativo n.º 39/2022

Foi presente o processo administrativo n.º 39/2022, de que são titulares João Miguel Ramalho Varela e Patricia Carla Soares Morais Pinto.

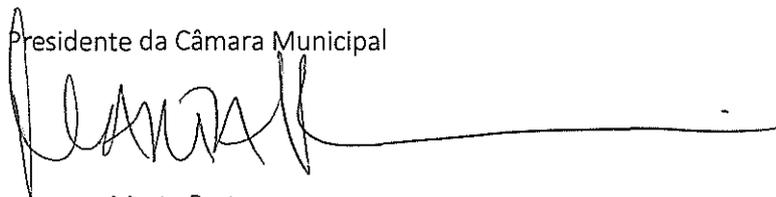
O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo;
- b) Notificar os titulares do processo do teor da presente deliberação.

Para constar e produzir efeitos legais se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de costume da área do Município.

Reguengos de Monsaraz, 5 de janeiro de 2023

A Presidente da Câmara Municipal



Marta Prates